

## **Preservação da paisagem ribeirinha na Amazônia**

Soad Farias da FRANCA<sup>\*</sup>, Marta Adriana Bustos ROMERO<sup>a</sup>, Rômulo José da Costa  
RIBEIRO<sup>b</sup>

<sup>\*</sup>Mestre em Planejamento pela Universidade de Brasília (1998). Doutoranda do Programa PPG-FAU da  
Universidade de Brasília

Ed. Madri, 202, apto 104. Rio Branco, Acre – AC – CEP 69911-180. E-mail: soadfarias@gmail.com

<sup>a</sup> Pós-doutora em Landscape Architecture, Pennsylvania State University (2001)

<sup>b</sup> Doutor em Arquitetura e Planejamento Urbano, FAU-UnB (2008)

## Resumo

Neste trabalho, compreende-se a paisagem ribeirinha como expressão do patrimônio cultural da região amazônica na estruturação urbana de suas cidades e na preservação do ecossistema local. Na identidade da Amazônia, os rios têm um significado fundamental na história de colonização, pois representam um código de vida e de configuração espacial no crescimento urbano. A ocupação das margens deu origem às atuais cidades e, assim como os ribeirinhos permanecem em muitos lugares da Amazônia, os centros urbanos se desenvolveram em função das águas. Entretanto, o atual modelo de desenvolvimento alavanca uma nova cultura local influenciada pela expansão territorial, em detrimento da identidade local. Objetiva-se detectar dispositivos locais, limitadores e de confinamento socioespacial como componentes desse modelo, o qual interfere no ecossistema ocupado por essas populações, em estudo de caso da cidade de Rio Branco, no estado do Acre. Utiliza-se a metodologia sistêmica na análise dos conceitos, dos elementos e das relações formais detectadas entre as partes e o todo. Utilizam-se ferramentas de geoprocessamento e material fotográfico, assim como entrevistas no local. Conclui-se que a persistência do atual modelo de urbanismo em bacias hidrográficas ocasiona uma alta vulnerabilidade na paisagem ribeirinha e no ecossistema.

Palavras-Chave: Amazônia, Patrimônio, Paisagem ribeirinha.

## Abstract

This work comprises the riverine landscape as an expression of cultural heritage of the Amazon region concerning the urban structure of its cities and the preservation of the local ecosystem. Regarding the Amazon's identity, rivers are of fundamental significance for the history of colonization, since they represent a source of life and of spatial configuration in urban growth. The occupation of river banks has led to today's cities and, as the riverine inhabitants remain in many places of the Amazon, urban centers have developed according to watercourses. However, the current development model leverages a new local culture influenced by territorial expansion at the expense of local identity. This article aims at detecting local devices, limiters and socio-spatial confinement as components of this model, which interferes in these populations' occupied ecosystem. For this purpose, a case study has been carried out in the city of Rio Branco in Acre state. The systemic methodology approach is used for analyzing concepts, elements and formal relations between the parts and the whole. Geographic Information System (GIS) tools and photographic materials, as well as on ground interviews, are also utilized. It concludes that the persistence of the current urbanization model in watersheds causes a high vulnerability in the riverine landscape and the ecosystem.

Keywords: Amazon, Heritage, Riverine landscape.

## 1. Introdução

A colonização da Amazônia, assim como a da América Latina, impôs parâmetros que representavam o *glamour* dos países europeus nestas terras em que quase tudo era importado. Pessoas vindas de vários lugares trouxeram saberes e novas formas de vida para o novo mercado americano que apenas abrigava nativos, palhoças e um exuberante ecossistema cujo meio natural abastecia todas as necessidades humanas. Na Amazônia encontram-se povos nativos que ainda mantêm seus sítios intocáveis, a exemplo dos índios isolados no Acre, descobertos em 2009; entretanto, nas áreas colonizadas os estrangeiros encontraram comunidades beira-rio integradas com o movimento e com a força das águas, as quais subsistiram ao longo dos anos em um convívio integrado. Atualmente, a paisagem amazônica conforma territórios em transição nos quais sua identidade está fortemente influenciada por um urbanismo promotor de desagregação cultural e ambiental.

Rio Branco, capital do estado do Acre, constitui o mais antigo dos territórios federais da Amazônia ocidental (1882), e está localizado em ampla bacia hidrográfica, às margens do rio Acre. As gerações familiares ainda permanecem ocupando as margens do rio Acre, em bairros que se consolidaram a partir de ocupações ribeirinhas hoje denominadas Áreas de Proteção Permanente. As APP, estando submetidas a um modelo de urbanismo que compromete e fragiliza as suas identidades e a sustentabilidade do local, podem ser entendidas, no contexto da cidade, como segregados em sua identidade? São comunidades urbanas limitadas institucionalmente e estigmatizadas, em que suas estruturas sociais possuem características de ostracismo no atual modelo de urbanismo?

## 2. O significado da intervenção urbana em bacias hidrográficas

As cidades que nasceram às margens dos rios amazônicos e fizeram das águas seu território de produção econômica e social passam por vulnerabilidades de identidade na complexa trama de desenvolvimento e crescimento urbano. Atualmente, essas localidades ocupam, territorialmente, extensa bacia hidrográfica, uma expansão a partir das margens. O espraiamento desse tecido na cidade e no seu entorno implicou devastação da cobertura vegetal na bacia hidrográfica, em que o ecossistema sofreu alterações profundas.

Conforme o art. 216, Capítulo II, da Constituição Brasileira, constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem os modos de criar, de fazer e de viver. A CF consagra a proteção e a memória da estruturação dos espaços providos de identidade regional. Por outro lado, o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de

2007, institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), que define esses povos como grupos culturalmente diferenciados que possuem formas próprias de organização social, entre os quais se encontram os ribeirinhos da Amazônia. O decreto instaura, como objetivo principal, a promoção do desenvolvimento sustentável com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, respeitando e valorizando identidades, formas de organização e instituições. A legislação brasileira muda a visão do desenvolvimento urbano em cidades consideradas ribeirinhas, onde a bacia hidrográfica, componente do ecossistema, é o próprio território. A problemática atual remota a épocas preconceituosas, quando se considerava que as comunidades tradicionais representavam níveis culturais inferiores:

“Fomos acostumados pela tradição antropológica europeia a considerar as sociedades existentes nas Américas como atrasadas, primitivas e inferiores. Essa visão nasceu do processo de colonização e conquista iniciado no século XVI. Os conquistadores e colonizadores que aportaram nas Américas interpretaram as diferenças entre eles e os nativos americanos como distinção hierárquica entre superiores e inferiores” (CHAUI, 2005, p. 353).

O estigma de inferioridade com conotação de atraso cultural e social perdurou durante muito tempo no Brasil em relação à região Norte, principalmente quando se fazia referência ao Acre. A consciência dessa plataforma transformou-se em discurso e em ação política nos últimos dez anos. Buscou-se desenvolver o Acre tendo como base os recursos florestais, e houve intensa propaganda internacional nesse sentido. A tentativa de transformação incorporou mecanismos de contemporaneidade na técnica e no esforço de construção de uma sustentabilidade ambiental de base florestal; no entanto, os princípios ecológicos de ocupação em bacias hidrográficas foram excluídos dos programas norteadores das políticas públicas, fato este que teve, como consequência, um desenvolvimento urbano-local voltado apenas para a expansão territorial, com incorporação de morfologias independentes e variadas em áreas devastadas e sobre farta bacia hidrográfica. A identidade ribeirinha esteve, assim, “sufocada” nesse intenso movimento desordenado de ocupação urbana. Esse tipo de planejamento urbano, que se distancia da geografia física e desconsidera que a própria cidade integra o ecossistema, proporcionou condições para que as orlas dos principais rios conformem um autêntico cinturão de confinamento social e ambiental em suas margens.

O geógrafo Claudemir Mesquita (1996) esclarece que as populações ribeirinhas que habitam as áreas de influência do rio Acre são atingidas pelas inundações que afetam agricultores e áreas urbanizadas: “*o fato de que as inundações causem tal catástrofe é, em parte, consequência da inexistência de um planejamento estratégico de ocupação de área, já que muitas estradas e povoados foram construídos durante a fase climática seca*” (MESQUITA, 1996, p. 14). Assim, o desenvolvimento urbano dos últimos quarenta anos declinou a identidade das tradicionais populações ribeirinhas no momento em que o contexto da cidade também foi alterado com o adensamento da orla do rio e da expansão no território (Fig. 1).

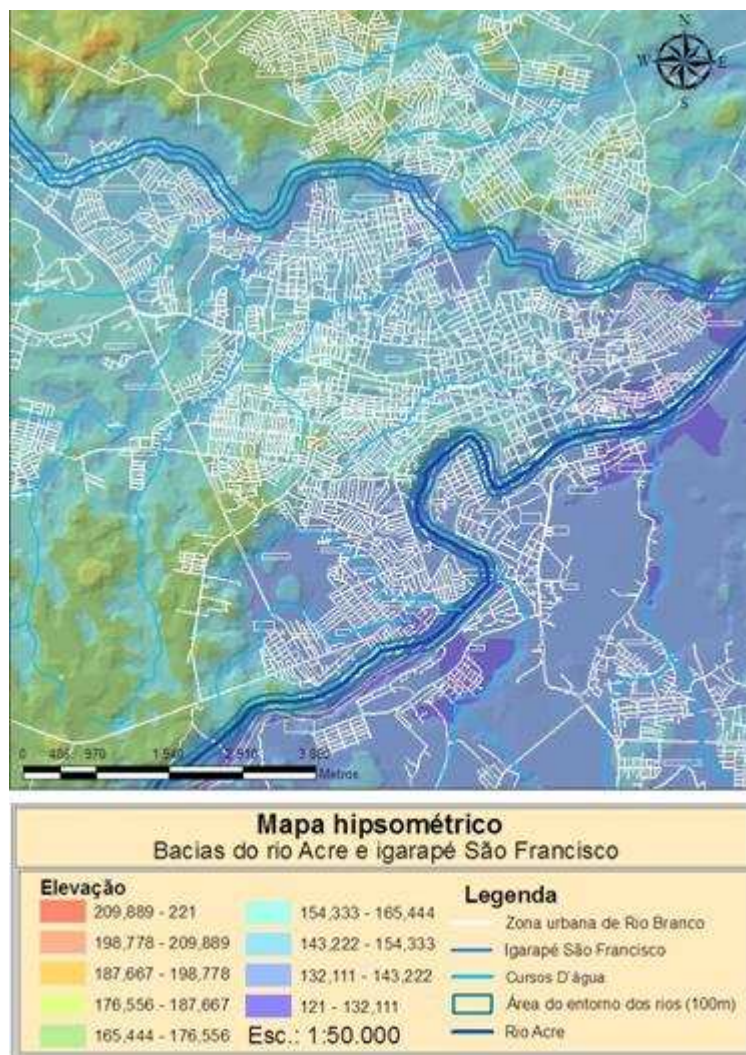


Fig. 1: Ocupação urbana da cidade de Rio Branco na Bacia Hidrográfica (Fonte: Franca, S.; Silva, E. A. J.; Souza, T. C. B.)

Observa-se que a cota de inundação do rio Acre, em Rio Branco, é de 14,50 metros. A rotina de enchentes tem ocasionado o dispêndio de quantias significativas e intensa mobilização humana, além de riscos para a saúde das populações afetadas. Danos sociais e de produção também são computados em cifras que ultrapassam milhões de reais a cada ano de enchente, de acordo com a Avaliação dos Danos da Enchente do Rio Acre e seus Afluentes (AVADAN-2009, 2010) (Fig. 2). A condição de vulnerabilidade socioambiental também é determinada pela característica geológica dos solos

amazônicos, nos quais se dá o fenômeno conhecido por “terra caída”, em que a água e o tempo exercem um ciclo de transmutação nas margens em contínuo movimento natural.



Fig. 2: Mosaico da Enchente (Fonte: AVADAN, 2009)

No ciclo hidrológico – troca contínua de água entre hidrosfera, atmosfera, solo, águas superficiais, subterrâneas e plantas – existe complexo trabalho de permuta com o entorno, tornando-se praticamente impossível prognosticar o comportamento dos níveis dos rios a cada período anual. Os indicadores apresentam alternância acentuada nos níveis observados durante doze anos (Gráfico 1).

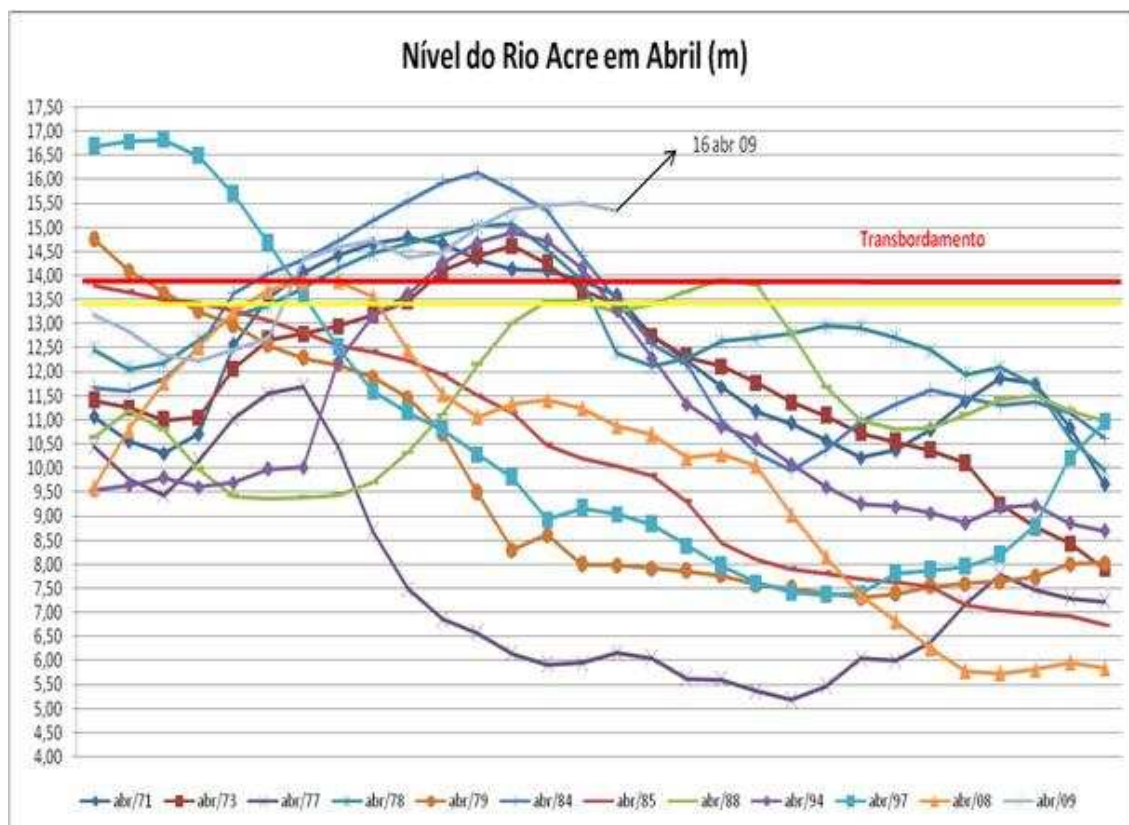


Gráfico 1: Quadro demonstrativo do nível do rio Acre para o mês de abril em doze anos (Fonte: AVADAN, 2010)

Para corroborar essas incertezas, existe um modelo de urbanização ambiental precário em Rio Branco, o que contribui para a vulnerabilidade do ecossistema. Nesse contexto, apenas 37% da população é atendida por serviços de esgotamento sanitário, e 50% é abastecida com água tratada pela rede pública. O restante da população utiliza poços, cacimbas ou nascentes, e 83% da população é atendida pelo serviço público de coleta de lixo domiciliar (ACRE, 2006). Ao mesmo tempo, segundo Reis *et al* (2009, p. 314-320), os impactos ambientais associados aos mananciais aumentam a vulnerabilidade do ecossistema local; entre eles, destacam-se o assoreamento por lavra de areia, os lançamentos de águas servidas e produtos tóxicos nos corpos d'água. A retirada da mata ciliar das margens ocasiona desbarrancamentos e promove a formação de voçorocas: “*muitas áreas de APP, como buritizais, são ocupadas irregularmente por assentamentos humanos. Os bairros periféricos de Rio Branco apresentam condições que não são dignas para um ser humano, casas de palafitas sobre os igarapés*” (REIS *et al.*, 2009, p. 317). Contudo, o maior problema apontado nesse trabalho consiste no

desmatamento do entorno da cidade, onde a bacia perdeu aproximadamente 45% da sua área verde e, entre os projetos de assentamento, alguns já perderam entre 90% e 100% da cobertura vegetal (REIS *et al.*, 2009, p. 322-323).

O cotidiano de uma cidade em condições ambientais adversas cria tensões sociais e políticas, um contínuo desconforto com custos altíssimos de manutenção de sua infraestrutura. A questão ambiental ainda fica prejudicada pela falta de projetos de integração entre a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento urbano. Estes dois diálogos deveriam estar em constante crescimento, com propostas econômicas viáveis e criativas que visem à preservação da integridade do patrimônio urbano de suas culturas ribeirinhas.

### **3. Ribeirinhos, sociedades tradicionais vulneráveis**

Ao se tratar de ocupações ribeirinhas em centros urbanos, é necessário compreender a qualidade espaço-ambiente na escala do bairro, em que este constitui embrião de urbanidade e era extremamente dinâmico e representativo na sua origem; hoje, apresenta-se com degradação ambiental e com vulnerabilidade social, que são fragilidades de territórios em transição.

Para uma análise urbana, torna-se necessário adotar certos critérios. Romero (2009) afirma que a identidade, a estrutura e o significado são os critérios indispensáveis nos níveis do coletivo, do individual e do comunitário. Em qualquer lugar e tempo, o ambiente urbano é um contexto particular dos moradores através da diversidade comunitária, incorporando multicamadas de interações sociais, produzindo um complexo contexto caracterizado. A identidade do ambiente é criada pelas pessoas e sociedade, e são seus símbolos, seus valores (CARMONA, 2007, p. 37).

A condição de vulnerabilidade é, pois, socialmente construída. Ela será sempre definida a partir de um ponto de vista. Para Acserlrad, “*os grupos sociais convivem com horizontes e expectativas de vida distintas: quanto mais estreito for o arco das expectativas, maior a propensão a aceitar condições, em outras circunstâncias, momentos e lugares, inaceitáveis*” (ACSERLRAD, 2006 p. 5). Como resgatar a qualidade ambiental em convívio equilibrado com suas populações?

A vulnerabilidade radica nas incertezas dos eventos naturais extremos, assim como também é socialmente construída. Conforme Acserlrad (2006), as práticas político-institucionais concorrem para vulnerabilizar certos grupos sociais em seus indivíduos. Os bairros ribeirinhos tradicionais passaram por um processo urbano que resultou em confinamento social e envelhecimento de suas estruturas socioeconômicas. Como exemplo, tem-se o bairro Seis de Agosto, em Rio Branco (Fig. 3, 4 e 5).





Fig. 3: Bairro tradicional ribeirinho 6 de Agosto em Rio Branco, Acre (Fonte: PMRB)



Fig. 4 e 5: Qualidade urbano-ambiental ribeirinha: Bairro 6 de Agosto (Fonte: Soad Farias)

Conforme pesquisa no bairro 6 de Agosto, a propriedade, a infraestrutura e as condições ambientais do entorno resultam em mais de 50% de irregularidade, com altos índices de precariedade na qualidade de ambiental e na infraestrutura (Fig. 6).

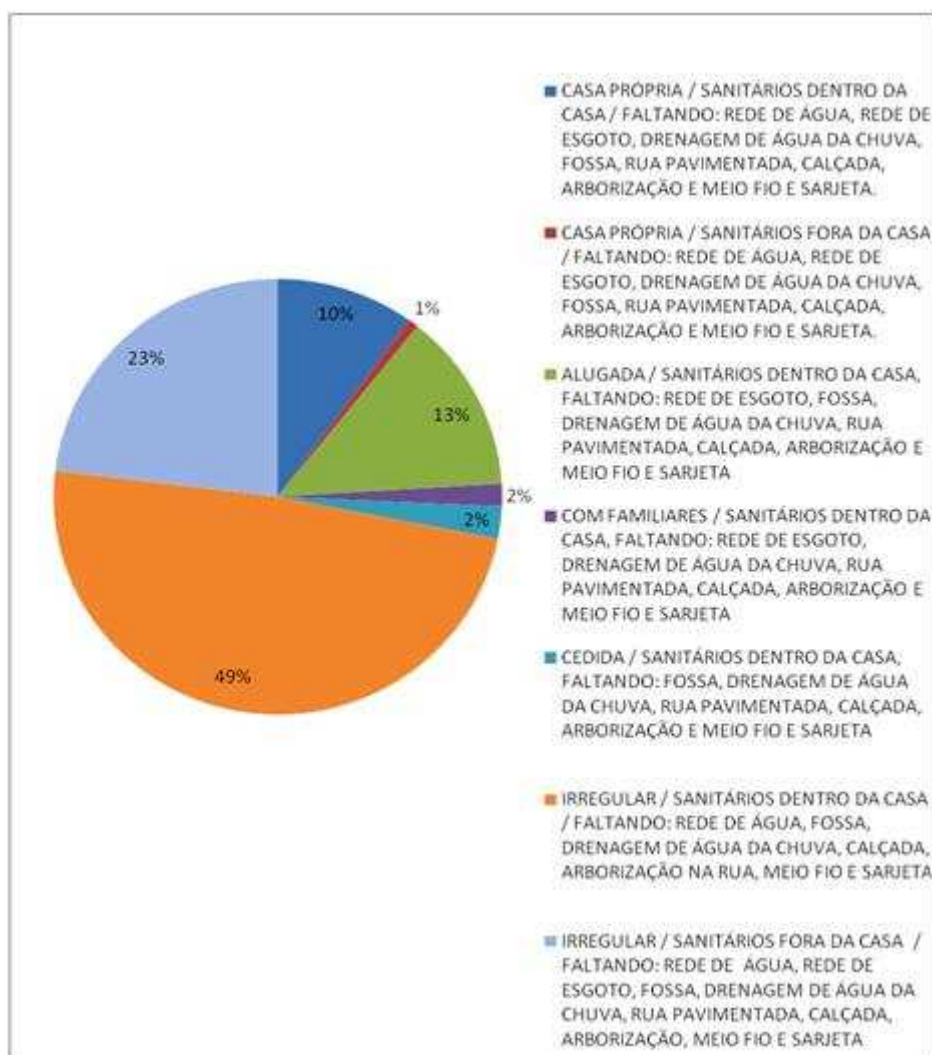


Fig. 6: Propriedade, infraestrutura e entorno: bairro ribeirinho 6 de Agosto, Rio Branco, Acre (Fonte: Soad Farias)

O confinamento e os limites sociais, ambientais e econômicos fazem, dos ribeirinhos, populações sem expectativas de alcançar desenvolvimento equilibrado em ambientes naturais; entretanto, 98% afirmaram que não se mudariam do lugar. Com uma economia

urbana pouco representativa, os números assustam quando se referem à fonte de renda dos moradores: mais de 50% são desempregados ou têm profissões mal definidas – tráfico de drogas, entre outros (Fig.7).

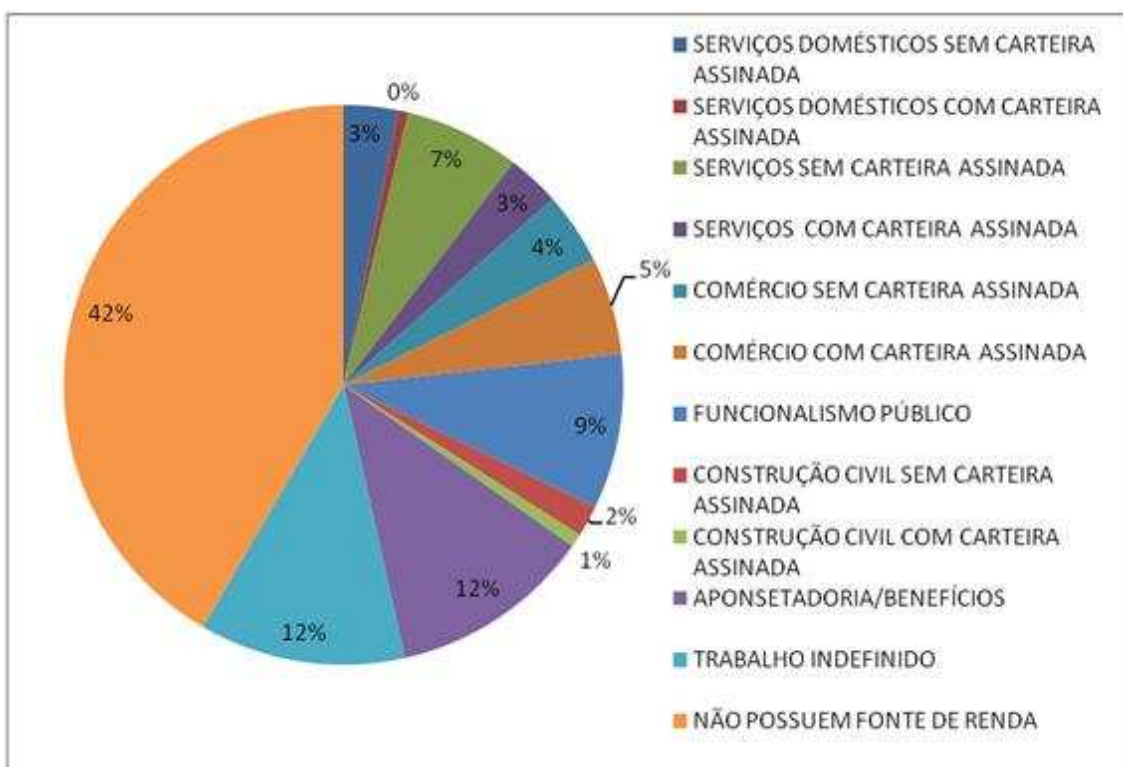


Fig. 7: Fonte de Renda: bairro 6 de Agosto, Rio Branco, Acre (Fonte: Soad Farias)

A busca do equilíbrio no ecossistema ribeirinho implica a superação das limitações do poder público na aplicação de princípios e técnicas de intervenção no meio ambiente consolidado. A reintegração dos cursos d'água à vida do amazônida como patrimônio cultural e paisagístico do lugar teria de, necessariamente, redimensionar e reavaliar a economia urbana como fator intrínseco dinâmico: *“Este processo deve se expandir, acumular, reformar constantemente o processo de trabalho e os relacionamentos sociais na produção, assim como mudar constantemente as dimensões e formas da circulação”* (HARVEY, 2006, p. 73).

#### 4. Conclusões

Seria ingenuidade assumir que os princípios do bom desenho urbano são universais e transferíveis entre culturas, na medida em que se necessita de sensibilidade para a diversidade cultural, assim como seria ilógico assumir uma plataforma intencional de subdesenvolvimento para o Norte brasileiro. O contexto econômico, social e tecnológico continuamente muda; esse contexto transforma, também, o ambiente urbano no processo de globalização, ameaçando a diversidade cultural, o que é importante na seleção do que realmente deveria continuar existindo. A oportunidade de requalificação de ambientes ribeirinhos amazônicos e de preservação destes lugares é um tema significativo do meio urbano-cultural e do patrimônio universal.

## 5. Referências

ACSERLRAD, Henry. Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. In: II ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS, FIBGE, 2006, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.fase.org.br/projetos/clientes/noar/noar/UserFiles/17/File/VulnerabilidadeAmbProcRelAcseRad.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

ACRE, Governo do Estado. **Acre em números**. SEPLANS, 2006.

CARMONA, Matthew; HEATH, Tim; Tanner, O. C.; TIESDELL, Steve. **Public Places - Urban Space: The dimensions of the Urban Design**. Great Britain: Architectural Press, 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2005.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

MESQUITA, C. Claudemir. **As inundações da Bacia Hidrográfica do Rio Acre no Município de Rio Branco: Alternativas de Ocupação**. Rio Branco: Seplan/Proeza, 1996.

REIS, Vera Lucia; MALDONADO, D. L. R. Monica; AMARAL, F. Emanuel. **Caracterização Socioambiental da Bacia Hidrográficas do Estado do Acre**. Ministério Público do Estado do Acre, 2009.

ROMERO, Marta Adriana B. **Urbanismo Sustentável para a reabilitação de áreas degradadas. Construindo um sistema de indicadores de sustentabilidade urbana**. Brasília: Universidade de Brasília, dez. 2008. Disponível em: <[http://www.unb.br/fau/pesquisa/sustentabilidade/linhas\\_de\\_pesquisa/Pesquisa/Pesquisa/universal2006REL%20parte%20I.pdf](http://www.unb.br/fau/pesquisa/sustentabilidade/linhas_de_pesquisa/Pesquisa/Pesquisa/universal2006REL%20parte%20I.pdf)>. Acesso em: 31 out. 2009.